

Edição 11.182 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri | **QUINTA-FEIRA // 19.11.2026 // Cascavel-PR** | **www.gazetadoparana.com.br**

Estatais do PR terão queda de 21% nos investimentos em 2027



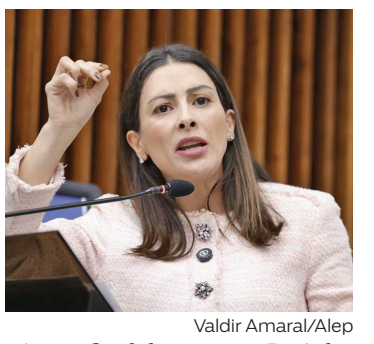
Roberto Dziura/AEN

●Proposta prevê R$ 2,1 bilhões para empresas públicas no primeiro ano do governo Moro; **recursos fiscais devem subir 6%, chegando a R$ 7,7 bilhões**

●O Paraná prevê investir **R$ 2,1 bilhões nas estatais em 2027, valor 21% menor que o orçamento deste ano**. A previsão foi divulgada em audiência pública na Alep

●O governo do Paraná prevê investir R$ 2,1 bilhões nas empresas estatais em 2027. O valor representa uma queda de 21% em relação ao orçamento deste ano, segundo os dados apresentados pela Secretaria de Estado da Fazenda à Alep. A previsão foi divulgada durante audiência pública realizada em 17 de novembro, para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento total do Estado está estimado em R$ 84,6 bilhões e será o primeiro da gestão de Sergio Moro (PL), que assume o governo em janeiro de 2027. Enquanto os investimentos das estatais diminuem, os recursos do orçamento fiscal destinados a essa finalidade devem crescer 6%, chegando a R$ 7,7 bilhões. Desse total, R$ 3 bilhões estão reservados para obras públicas, cerca de R$ 1 bilhão a mais que no orçamento anterior. Outros R$ 1,7 bilhão serão destinados à compra de equipamentos e R$ 2,1 bilhões a transferências. A queda na previsão para as estatais ocorre em um período marcado pela venda de empresas e pela transferência de serviços públicos à iniciativa privada durante os dois mandatos de Ratinho Junior (PSD). A principal mudança foi a privatização da Copel, concluída em agosto de 2023. A tentativa de privatização da Celepar também enfrenta obstáculos. **Público ● P.3**

Mabel cobra R$ 100 milhões para asfalto de Ratinho Junior



Valdir Amaral/Alep

●A reta final do governo Ratinho Junior ganhou um novo foco de tensão política. Da tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), a deputada estadual Mabel Canto fez duras cobranças ao Executivo e denunciou entraves na liberação de R$ 100 milhões prometidos para obras de pavimentação em Ponta Grossa. Segundo a parlamentar, contratos já foram assinados, licitações realizadas e os recursos anunciados, mas moradores de 23 vilas continuam esperando pelo asfalto. O impasse ganhou contornos ainda mais delicados depois que Mabel relatou que a suspensão de obras estaria sendo atribuída à transição de governo.
Público ● P.3

Lula assina decreto da escala 5x2 nesta quinta-feira

Regulamentação vai orientar negociações entre trabalhadores e empregadores

●O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará nesta quinta-feira (19), às 9 horas, o decreto que regulamenta a escala de trabalho 5x2. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a norma fixará o início do cumprimento da nova escala para 16 de dezembro. O anúncio foi feito por Marinho na terça-feira (17), após o presidente sugerir ajustes no texto. O ministro não detalhou quais alterações foram solicitadas. De acordo com Marinho, a regulamentação busca esclarecer as regras e orientar as negociações necessárias à implantação da jornada, evitando interpretações divergentes entre empregados e empregadores. A regulamentação também ocorre enquanto o STF analisa ações sobre a transição para a escala 5x2, sob relatoria do ministro Flávio Dino. **Público ● P.4**

Governo Moro: Paraná prevê orçamento de R$ 84,6 bilhões para 2027

●O Paraná terá um orçamento de R$ 84,6 bilhões em 2027, primeiro ano da gestão de Sergio Moro (PL) à frente do governo estadual. A proposta foi encaminhada pelo governador Ratinho Junior (PSD) à Alep. O valor representa crescimento de 3,67% em relação ao orçamento de 2026. A votação está prevista para 15 de dezembro. A Secretaria de Estado da Fazenda estima uma receita bruta de R$ 113,1 bilhões no próximo ano, acima dos R$ 108,2 bilhões previstos para 2026. A discussão sobre o orçamento ocorre em meio a questionamentos sobre a política de incentivos tributários e o comprometimento das receitas estaduais. Levantamento publicado pela Gazeta do Paraná mostrou que o Estado prevê abrir mão de R$ 28 bilhões em impostos em 2027 por meio de isenções. **Público ● P.2**



Victor Coutant



Lucas Merçon

Brasileirão

São Paulo e Fluminense fazem duelo de tricolores

São Paulo e Fluminense medem forças no encerramento da 35ª rodada do Campeonato Brasileiro. A bola rola nesta quinta-feira (19), a partir das 21h30, no Morumbis. Os dois times vivem situações distintas na tabela do Campeonato Brasileiro. O Fluminense ocupa a quarta colocação, com 57 pontos, e está na zona de classificação direta à Libertadores. **Esportes ● P.6**

Perda de pontos

Atraso de salários poderá acarretar em punições

A CBF definiu uma nova medida para combater os atrasos salariais. A partir da temporada de 2028, equipes que estiverem com pagamentos pendentes a jogadores e membros da comissão técnica poderão iniciar o Campeonato Brasileiro com uma punição de três pontos na classificação. Os clubes terão de comprovar que estão em dia com os salários dos atletas. **Esportes ● P.6**

Brasileirão

Colorado joga contra o Vasco no Rio de Janeiro

A 35ª rodada do Campeonato Brasileiro será concluída nesta quinta-feira (19) com mais dois jogos que envolvem equipes ameaçadas pelo rebaixamento. O Internacional atua como visitante e encara o Vasco, às 19h30, em São Januário. O Colorado soma 38 pontos e aposta nas partidas no Beira-Rio para evitar o segundo rebaixamento da história. **Esportes ● P.6**



Ricardo Duarte

Público

Contas do Estado Proposta para o primeiro ano da gestão de Sergio Moro prevê alta de 3,67% sobre 2026; renúncias fiscais, gastos com pessoal e investimentos municipais marcaram debate na Assembleia Legislativa

Paraná prevê orçamento de R$ 84,6 bilhões para 2027 no governo Moro

Orçamento de 2027 prevê R$ 84,6 bilhões em receitas líquidas e será votado pelos deputados estaduais em 15 de dezembro, na Alep do Estado

DA REDAÇÃO
Cascavel


O Estado prevê R$ 28 bilhões em renúncias fiscais para 2027 Victor Coutant

●O Paraná terá um orçamento de R$ 84,6 bilhões em 2027, primeiro ano da gestão de Sergio Moro (PL) à frente do governo estadual. A proposta foi encaminhada pelo governador Ratinho Junior (PSD) à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e discutida em audiência pública nesta terça-feira (17). O valor representa crescimento de 3,67% em relação ao orçamento de 2026. A votação está prevista para 15 de dezembro.

A Secretaria de Estado da Fazenda estima uma receita bruta de R$ 113,1 bilhões no próximo ano, acima dos R$ 108,2 bilhões previstos para 2026. Desse total, R$ 17,4 bilhões correspondem a transferências aos municípios e R$ 11,3 bilhões são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Após as deduções, a receita líquida apresentada pelo governo é de R$ 84,6 bilhões.

Entre as principais fontes de arrecadação, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve responder por R$ 58,3 bilhões, alta de 5,4%. Já a previsão para o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é de R$ 5,7 bilhões, crescimento de 21,2%. Na distribuição das despesas, a educação aparece com R$ 20,1 bilhões, seguida pela previdência social, com R$ 17,4 bilhões. A saúde terá R$ 10,3 bilhões, enquanto a segurança pública contará com R$ 7,9 bilhões. Segundo a apresentação oficial, previdência, educação e saúde concentram aproximadamente 54% do orçamento.

Os investimentos previstos no orçamento fiscal somam R$ 7,7 bilhões. Desse montante, R$ 3 bilhões devem ser destinados a obras públicas. Nas empresas estatais, entretanto, os investimentos apresentam redução de 21% e ficam em R$ 2,1 bilhões.

A distribuição regional anunciada prevê R$ 3,2 bilhões em investimentos. A região intermediária de Curitiba concentra a maior parcela, com R$ 1,2 bilhão. Durante a audiência, o secretário estadual da Fazenda, Norberto Ortigara, afirmou que a proposta busca manter os serviços essenciais e os investimentos diante de um cenário de juros elevados e desaceleração da arrecadação. Representantes dos servidores cobraram reposição salarial, enquanto o deputado Professor Lemos (PT) questionou o volume de renúncias fiscais concedidas pelo Estado.

A proposta também prevê repasses para os demais poderes e instituições. O Tribunal de Justiça deve receber R$ 4,33 bilhões; o Ministério Público, R$ 1,9 bilhão; a Assembleia Legislativa, R$ 1,414 bilhão; e o Tribunal de Contas, R$ 867 milhões. Os valores representam previsões orçamentárias para 2027, não despesas já executadas.

Renúncias fiscais

A discussão sobre o orçamento ocorre em meio a questionamentos sobre a política de incentivos tributários e o comprometimento das receitas estaduais. Levantamento publicado pela Gazeta do Paraná mostrou que o Estado prevê abrir mão de R$ 28 bilhões em impostos em 2027 por meio de isenções, reduções e outros benefícios fiscais. O valor representa aumento de R$ 2,7 bilhões em relação à previsão para 2026.

Durante uma audiência anterior na Alep, Professor Lemos afirmou que as renúncias fiscais acumuladas desde 2019 chegam a R$ 224 bilhões, em valores atualizados. A Fazenda, por outro lado, defendeu os incentivos como instrumento de desenvolvimento econômico e ressaltou que a retirada dos benefícios não garantiria a entrada do mesmo montante nos cofres públicos. A arrecadação dependeria das decisões de empresas e consumidores diante de eventuais mudanças tributárias.

Outro indicador que aumenta a pressão sobre as contas estaduais envolve as despesas com servidores. Em decisão divulgada na terça-feira (17), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) emitiu alerta preventivo ao governo Ratinho Junior. Os gastos com pessoal do Executivo chegaram a 44,58% da Receita Corrente Líquida (RCL), o equivalente a 90,98% do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O percentual ainda está abaixo do teto de 49% permitido para o Executivo estadual. O alerta, portanto, não significa que o governo tenha ultrapassado o limite legal, mas indica que as despesas estão próximas da faixa que exige atenção dos órgãos de controle.

A transição também envolve dúvidas sobre a execução dos investimentos anunciados aos municípios. Em outubro, o governo publicou o Decreto nº 15.581, que determinou a suspensão preventiva de repasses de determinados convênios já formalizados e autorizou a revisão dos acordos. A medida não alcança obras e ações com contratos assinados e execução regular, mas deixou sob análise projetos que ainda não haviam avançado às etapas previstas.

Em outra audiência na Assembleia, números apresentados pelo deputado Paulo Gomes apontaram que, dos R$ 6,4 bilhões em investimentos anunciados pelo Estado aos municípios, R$ 1,49 bilhão havia sido empenhado e R$ 858 milhões efetivamente pagos até junho de 2026. A Secretaria da Fazenda afirmou que anúncios públicos não representam necessariamente compromissos financeiros formalizados e garantiu cobertura para os convênios assinados.

GOVERNO MORO

Previsão de despesas por área

Educação: R$ 20,1 bilhões

Previdência social: R$ 17,4 bilhões

Saúde: R$ 10,3 bilhões

Segurança pública: R$ 7,9 bilhões

Anticorrupção: ex-procurador da Lava Jato é o escolhido

Carlos Fernando dos Santos Lima ficará responsável por estruturar o órgão, que será criado por reforma administrativa a ser enviada à Assembleia Legislativa ainda neste ano, durante a transição

Gabriel Porta
Cascavel

●O governador eleito do Paraná, Sergio Moro (PL), anunciou Carlos Fernando dos Santos Lima como futuro secretário estadual Anticorrupção. Ex-procurador da República e integrante da equipe original da Operação Lava Jato em Curitiba, ele ficará responsável pela estruturação da nova secretaria, que será criada por meio de uma reforma administrativa a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) ainda neste ano.

Natural de Apucarana, no norte do Estado, Carlos Fernando integrou o grupo de seis procuradores que iniciou os trabalhos da Lava Jato em 2014. Durante quatro anos, participou das investigações sobre corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo contratos da Petrobras.

A criação de uma secretaria específica para o combate à corrupção foi uma das promessas de campanha de Moro. Segundo o governador eleito, a estrutura terá servidores especializados, canais de denúncia e programas de compliance voltados à prevenção e à identificação de irregularidades na administração estadual.

Ao anunciar a escolha, Moro destacou a experiência do ex-procurador em investigações financeiras e no combate a crimes contra a administração pública.

"Estamos trazendo para o nosso governo um profissional que conhece profundamente os mecanismos de funcionamento da corrupção e sabe como combatê-la. Carlos Fernando teve atuação destacada na Operação Lava Jato e reúne uma experiência muito importante na investigação de crimes contra a administração pública, no rastreamento de recursos e na estruturação de mecanismos de combate à corrupção. Queremos uma Secretaria Anticorrupção forte, técnica e efetiva, que trabalhe para prevenir desvios, identificar irregularidades e proteger o dinheiro dos paranaenses. A experiência dele será fundamental para construir essa estrutura no Paraná", afirmou.


Carlos Fernando integrou o grupo de seis procuradores que iniciou a Lava Jato Divulgação

Carreira no MP

Carlos Fernando foi procurador da República entre 1995 e 2019. Antes, atuou como promotor de Justiça no Paraná. Também integrou a força-tarefa Banestado/CC5 e ocupou duas vezes a coordenação criminal da Procuradoria da República no Estado. Na Lava Jato, participou da estruturação dos primeiros acordos de colaboração premiada e de leniência empresarial do Ministério Público brasileiro. A operação investigou um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo contratos da Petrobras e empresas privadas.

O futuro secretário também possui Master of Laws pela Cornell Law School, nos Estados Unidos. Atualmente, trabalha como advogado nas áreas de compliance, investigações internas, gestão de crises e negociação de acordos de colaboração premiada e leniência. Também ministra palestras e treinamentos sobre lavagem de dinheiro e combate à corrupção.

Entre os reconhecimentos recebidos ao longo da carreira estão dois prêmios da Global Investigations Review (GIR), em 2015 e 2017, o Prêmio Innovare e o Prêmio Anticorrupção da Transparência Internacional, em 2016. Em 2018, recebeu reconhecimento da International Association of Prosecutors (IAP). Também foi finalista do Prêmio Allard de Integridade Internacional, no Canadá, em 2017.

O TIME DE MORO

Secretários já anunciados

Priscilla Santana: Secretaria da Fazenda

Fátima Gavioli: Secretaria da Educação

Edson Vasconcelos: Secretaria de Infraestrutura e Logística

Fabiano Bordignon: Secretaria da Segurança Pública

Carlos Fernando dos Santos Lima: Secretaria Anticorrupção

Orçamento estadual Proposta prevê R$ 2,1 bilhões para empresas públicas no primeiro ano do governo Sergio Moro; recursos fiscais para investimentos devem subir 6%, chegando a R$ 7,7 bilhões

Estatais do Paraná terão queda de 21% nos investimentos em 2027

O Paraná prevê investir R$ 2,1 bilhões nas estatais em 2027, valor 21% menor que o orçamento deste ano, segundo dados da Fazenda estadual

GABRIEL PORTA
Cascavel

●O governo do Paraná prevê investir R$ 2,1 bilhões nas empresas estatais em 2027. O valor representa uma queda de 21% em relação ao orçamento deste ano, segundo os dados apresentados pela Secretaria de Estado da Fazenda à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A previsão foi divulgada durante audiência pública realizada em 17 de novembro, para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento total do Estado está estimado em R$ 84,6 bilhões e será o primeiro da gestão de Sergio Moro (PL), que assume o governo em janeiro de 2027.

Enquanto os investimentos das estatais diminuem, os recursos do orçamento fiscal destinados a essa finalidade devem crescer 6%, chegando a R$ 7,7 bilhões.

Desse total, R$ 3 bilhões estão reservados para obras públicas, cerca de R$ 1 bilhão a mais que no orçamento anterior. Outros R$ 1,7 bilhão serão destinados à compra de equipamentos e R$ 2,1 bilhões a transferências.

Privatizações

A queda na previsão para as estatais ocorre em um período marcado pela venda de empresas e pela transferência de serviços públicos à iniciativa privada durante os dois mandatos de Ratinho Junior (PSD). A principal mudança foi a privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), concluída em agosto de 2023. A operação movimentou R$ 5,2 bilhões, dos quais aproximadamente R$ 3,16 bilhões foram destinados ao governo estadual. Com a venda, a participação do Paraná caiu de 31,1% para 15,65%. A empresa deixou de ter o Estado como controlador.

A lista de empresas que passaram para o controle privado também inclui a Sercomtel, de Londrina, e a Copel Telecom, que atuava no mercado de internet e fibra óptica. O governo ainda transferiu o controle da Compagas para a iniciativa privada.

Ratinho Junior defendeu a política de desestatização em diferentes ocasiões. Em um evento com investidores, afirmou que não tinha resistência a privatizações, concessões e parcerias público-privadas. O argumento do governo é que esses modelos permitem atrair recursos privados para ampliar a infraestrutura e a oferta de serviços.

A mudança no controle da Copel, no entanto, também trouxe cobranças sobre a qualidade do fornecimento de energia. Em 2024, a distribuidora ficou na 29ª posição entre 31 empresas de grande porte no ranking de continuidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2021, antes da privatização, ocupava o décimo lugar.

A tentativa de privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) também enfrenta obstáculos. A empresa é responsável por sistemas e bases de dados utilizados por diferentes órgãos públicos estaduais.

Em fevereiro de 2026, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar que suspendeu os atos preparatórios para a venda.

A decisão levou em conta preocupações com a proteção de dados pessoais e informações sensíveis mantidas pela companhia, incluindo registros relacionados à segurança pública. O julgamento foi interrompido em agosto, depois que o ministro Alexandre de Moraes pediu vista do processo



Investimentos das estatais do Paraná devem cair 21% AEN / Divulgação

MPPR propõe ampliar investigação sobre a venda da Celepar

Gabriel Porta
Cascavel

● A Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público do Paraná propôs prorrogar por mais um ano o inquérito civil que investiga os riscos da privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). A proposta será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público do Paraná (MPPR). A investigação acompanha as medidas adotadas pelo governo estadual para proteger informações pessoais e dados relacionados à segurança pública em uma eventual transferência da companhia para a iniciativa privada. Entre os pontos analisados estão a possibilidade de acesso de empresas privadas a informações confidenciais e a separação dos bancos de dados de segurança pública da estrutura da Celepar. O procedimento também reúne questionamentos sobre a capacidade do Estado de manter o controle dessas informações após uma possível desestatização.

A promotora de Justiça Cláudia Cristina Maddalozzo apontou que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não concluiu o julgamento da ação que discute a constitucionalidade da privatização da empresa.

Em agosto, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.896, interrompendo a análise do caso. Segundo a manifestação da promotora, a decisão do Supremo poderá ter repercussão direta sobre o objeto do inquérito civil.

Mabel cobra R$ 100 milhões para asfalto e questiona governo Ratinho

Deputada afirma que contratos e licitações estão concluídos, mas 23 vilas ainda aguardam pavimentação; Hussein Bakri diz que atual governo avalia a continuidade dos convênios

Da redação
Cascavel

●A reta final do governo Ratinho Junior ganhou um novo foco de tensão política na terça-feira (17). Da tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), a deputada estadual Mabel Canto fez duras cobranças ao Executivo e denunciou entraves na liberação de R$ 100 milhões prometidos para obras de pavimentação em Ponta Grossa. Segundo a parlamentar, contratos já foram assinados, licitações realizadas e os recursos anunciados, mas moradores de 23 vilas continuam esperando pelo asfalto. O impasse ganhou contornos ainda mais delicados depois que Mabel relatou que a suspensão de obras estaria sendo atribuída à transição de governo.

A deputada, que já integrou a base governista, afirmou ter participado pessoalmente das articulações para viabilizar os investimentos, inclusive ao lado de antigos adversários políticos. Agora, acusa a administração estadual de não concluir os procedimentos necessários para que as máquinas finalmente cheguem aos bairros. "Hoje eu venho cobrar uma promessa que foi feita ao povo de Ponta Grossa, uma promessa que vem de muitos anos e que até o momento não está sendo cumprida", disparou.

Mabel também deixou claro que considera a situação uma quebra de compromisso político. "Uma promessa que foi feita a mim também. E eu não vou admitir ser enganada junto com o povo de Ponta Grossa", afirmou.

Promessa de seis anos

A origem da cobrança remonta à campanha municipal de 2020, quando a promessa de pavimentar 100% das ruas de Ponta Grossa se tornou uma das principais bandeiras eleitorais. Seis anos depois, segundo Mabel, a população ainda convive com ruas sem infraestrutura, enquanto anúncios de investimentos se acumulam sem que todas as intervenções previstas sejam executadas.

A parlamentar relatou ter negociado diretamente com o governador Ratinho Junior, com Sandro Alex e com Marcelo Rangel para garantir os R$ 100 milhões. A articulação, segundo ela, exigiu superar divergências políticas históricas em nome dos interesses do município. "Eu, pessoalmente, conversei com o governador, conversei com o Marcelo Rangel, com o Sandro Alex, que eram considerados inimigos políticos da minha família, mas, pelo bem de Ponta Grossa, nós trabalhamos unidos para liberar um recurso, 100 milhões de reais", declarou.

O problema, conforme a deputada, é que o compromisso político não se transformou integralmente em obras. Mabel afirmou ter recebido informações de que, mesmo após a conclusão de licitações e a assinatura de contratos, ainda faltaria uma última autorização estadual para permitir o início dos serviços.

A pendência envolveria uma chamada reunião de partida, procedimento administrativo que, segundo a parlamentar, poderia ser realizado até mesmo de maneira virtual. "Está tudo certo, só falta a autorização, a tal da reunião de partida", afirmou, questionando por que um procedimento aparentemente simples continuaria impedindo o avanço das intervenções. Entre as comunidades citadas estão Vila Odete, Vila Neri, Parque dos Sabiás, São Marcos, Palmeirinha, Vicentina, Santa Luísa, Esplanada, Gralha Azul, Santa Lúcia, Jardim Carvalho II, Francelina, São Vicente de Paulo e Leila Maria.


Deputada denuncia entraves na liberação de recursos para Ponta Grossa Valdir Amaral / Alep

Culpa da transição?

O momento mais contundente do pronunciamento ocorreu quando Mabel colocou em dúvida as explicações que estariam circulando sobre a paralisação dos investimentos. Segundo ela, informações recebidas indicavam que contratos e obras estariam sendo suspensos em razão da mudança de governo, numa tentativa de associar as decisões administrativas à futura gestão de Sergio Moro. "Estão falando que suspenderam contratos, suspenderam obras por conta da transição do governo, porque o novo governo está suspendendo", relatou.

A FRASE

"Eu quero ver esse asfalto sendo liberado pelo atual governo, porque foi esse governo que prometeu"
MABEL CANTO (PP)
Deputado Estadual

A deputada afirmou ter conversado na segunda-feira (16) com Moro e ouvido dele que nenhuma determinação de suspensão havia partido do futuro governo. O governador eleito, conforme o relato, teria ressaltado que ainda não possui autoridade administrativa para autorizar ou interromper investimentos estaduais. A declaração trouxe para o centro do debate uma questão politicamente sensível: quem está efetivamente decidindo quais obras poderão avançar e quais ficarão pelo caminho nos últimos meses da atual administração?

Mabel não apresentou documentos comprovando uma ordem formal de suspensão, mas cobrou que o governo Ratinho Junior assuma a responsabilidade pelos compromissos firmados durante seu mandato. "Eu quero ver esse asfalto sendo liberado pelo atual governo, porque foi esse governo que prometeu", afirmou. A parlamentar também questionou o impacto de eventuais ajustes nas contas públicas sobre investimentos já anunciados à população. "Eu sei que é final de governo, parece que precisa ajeitar as contas, daí por isso que estão cancelando algumas coisas, mas isso aqui não dá para cancelar", declarou.

PR é alertado sobre gastos com pessoal próximos do limite

Despesas do Executivo chegaram a 44,58% da Receita Corrente Líquida entre setembro de 2025 e agosto de 2026; índice equivale a 90,98% do teto previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal

Gabriel Porta
Cascavel

●As despesas com pessoal do Poder Executivo do Paraná chegaram a 90,98% do limite máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O índice considera os gastos realizados entre setembro de 2025 e agosto de 2026 e levou à emissão de um alerta ao governador Ratinho Junior (PSD). De acordo com o cálculo revisado pela área técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), as despesas com pessoal representaram 44,58% da Receita Corrente Líquida (RCL). O percentual corresponde a 90,98% do limite de 49% estabelecido pela legislação para o Executivo estadual.

O alerta foi determinado no processo nº 601870/26, por meio do Despacho nº 1682/26, relatado pelo conselheiro José Durval Mattos do Amaral. A medida tem caráter preventivo e aponta que as despesas alcançaram a faixa de atenção prevista na legislação. O índice permanece abaixo do teto máximo permitido.

As despesas com pessoal representam o conjunto de gastos de uma organização com sua força de trabalho. No setor público, o cálculo segue critérios específicos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A conta inclui os salários dos servidores em atividade, mas também considera os pagamentos a aposentados e pensionistas. Entram na apuração subsídios, vencimentos, gratificações, adicionais, horas extras e encargos sociais. As contribuições previdenciárias recolhidas pelo próprio ente público também fazem parte do cálculo. O indicador reúne diferentes tipos de pagamentos relacionados à manutenção da força de trabalho da administração pública. Já a Receita Corrente Líquida funciona como referência para calcular quanto da arrecadação disponível está comprometido com essas despesas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal dos governos. No caso dos estados, o Poder Executivo pode comprometer até 49% da Receita Corrente Líquida com esse tipo de despesa. A legislação também prevê mecanismos de acompanhamento antes que o teto seja atingido. Quando os gastos ultrapassam 90% do limite permitido, os órgãos de controle devem emitir um alerta ao poder responsável. No Paraná, o índice de 44,58% da Receita Corrente Líquida colocou o Executivo na faixa de alerta. O percentual corresponde a 90,98% do teto legal de 49%.

A apuração inicial apontava que as despesas com pessoal correspondiam a 44,88% da Receita Corrente Líquida, o equivalente a 91,59% do limite legal. O relator identificou a necessidade de revisar os números após analisar o Relatório de Gestão Fiscal do período. Na primeira apuração, haviam sido excluídas receitas e despesas relacionadas aos Serviços Sociais Autônomos e às Fundações Públicas. A Coordenadoria de Contas refez o levantamento e apresentou o cálculo atualizado. Com a correção, o índice passou para 44,58% da Receita Corrente Líquida, correspondente a 90,98% do limite. A decisão prevê a comunicação formal ao governador e o arquivamento do expediente. O caso será posteriormente incluído na prestação de contas anual do chefe do Executivo estadual referente ao exercício de 2026.

Jornada de trabalho Regulamentação vai orientar negociações entre trabalhadores e empregadores; nova escala prevê dois dias de descanso por semana, sem redução salarial

Presidente Lula assina decreto da escala 5x2 nesta quinta

A assinatura ocorrerá no Palácio do Planalto, em evento aberto à imprensa. O anúncio foi feito por Marinho na terça-feira (17), após o presidente sugerir ajustes no texto. O ministro não detalhou quais alterações foram solicitadas



A implantação para a nova escala está prevista para dezembro Divulgação

Cascavel
JULIA MARASCHI

O PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva assinará nesta quinta-feira (19), às 9 horas, o decreto que regulamenta a escala de trabalho 5x2. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a norma fixará o início do cumprimento da nova escala para 16 de dezembro. A assinatura ocorrerá no Palácio do Planalto, em evento aberto à imprensa. O anúncio foi feito por Marinho na terça-feira (17), após o presidente sugerir ajustes no texto. O ministro não detalhou quais alterações foram solicitadas.

De acordo com Marinho, a regulamentação busca esclarecer as regras e orientar as negociações necessárias à implantação da jornada, evitando interpretações divergentes entre empregados e empregadores. "O Executivo soltará o decreto na quinta, que ajuda a balizar o entendimento de trabalhadores e empregadores para de fato consolidar o processo de negociações que eles precisam fazer para 16 de dezembro ser implantado em todo o Brasil", afirmou.

A regulamentação também ocorre enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa ações sobre a transição para a escala 5x2, sob relatoria do ministro Flávio Dino. Na terça-feira (17), Dino decidiu encaminhar os processos diretamente para julgamento de mérito, quando a Corte analisará de forma definitiva as questões apresentadas.

Aprovada pelo Congresso em outubro, a mudança estabelece uma escala máxima de cinco dias de trabalho por dois de descanso remunerado, sem redução salarial. O texto também prevê a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, com uma regra de transição de 14 meses. Essa mudança na carga horária tem prazo distinto do início anunciado para a implantação da escala 5x2. A proposta recebeu votos de governistas e de integrantes da oposição no Senado, após aprovação na Câmara dos Deputados.

Entidades representativas dos trabalhadores comemoraram a medida e apontaram a possibilidade de ampliar o tempo destinado à convivência familiar, aos estudos e a outras atividades. Pesquisa realizada pela Nexus em fevereiro deste ano mostrou que 73% dos brasileiros apoiavam o fim da escala 6x1.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência do Governo Federal registrou um recorde de 425 milhões de requisições de dados nos primeiros dez meses de 2026. O número é o maior desde 2021, quando começou o monitoramento desse tipo de acesso. Entre os assuntos mais pesquisados estão as emendas parlamentares, os gastos públicos, as empresas sancionadas e as informações sobre servidores federais. Segundo dados divulgados pela Controladoria-Geral da União (CGU), apenas em outubro foram registradas 80,6 milhões de requisições, superando o recorde anterior de 68,7 milhões, alcançado em maio de 2024.

O crescimento reflete a procura por informações sobre a aplicação de recursos públicos. As consultas permitem acompanhar, por exemplo, a destinação de emendas apresentadas por deputados e senadores, além de despesas realizadas pelo governo federal.

Os números divulgados pela CGU se referem às requisições feitas por meio da API de Dados do Portal da Transparência, ferramenta que permite a consulta automatizada de informações públicas. Na prática, pesquisadores, jornalistas, organizações e desenvolvedores podem utilizar a tecnologia para coletar grandes volumes de dados e criar ferramentas de fiscalização, relatórios e painéis de acompanhamento dos gastos públicos. É importante destacar que uma requisição à API não equivale necessariamente a uma visita individual ao site, já que um mesmo sistema pode realizar milhares de consultas automaticamente.

Entre os conteúdos mais requisitados estão o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), as emendas parlamentares, os documentos de despesas e os registros de servidores públicos.

Emendas parlamentares

O interesse pelas emendas parlamentares chama a atenção por envolver recursos do orçamento federal destinados, entre outras finalidades, a obras, serviços de saúde, educação e infraestrutura nos municípios. No Portal da Transparência, a população pode consultar informações sobre os valores destinados, parlamentares responsáveis e execução dos recursos, conforme a disponibilidade dos registros. A ferramenta também pode ser utilizada para acompanhar verbas destinadas a municípios do Paraná, permitindo verificar a origem dos recursos e identificar os órgãos ou entidades envolvidos em sua aplicação.

Além do crescimento nas consultas automatizadas, o Portal da Transparência registrou, em 2025, o maior número de visitas desde sua criação, em 2004. Foram 30,4 milhões de visitas, aumento de 6,45% em relação a 2024. Ao longo do ano, aproximadamente 17 milhões de usuários visualizaram quase 199 milhões de páginas. Para a secretária nacional de Transparência e Acesso à Informação da CGU, Livia Sobota, a disponibilização de dados públicos em formatos abertos amplia as possibilidades de fiscalização e controle social. Criado pela CGU, o Portal da Transparência reúne informações sobre despesas, transferências de recursos, benefícios sociais, servidores e outros dados relacionados à administração pública federal.

MPPR investiga transporte de pessoas em situação de rua para Joinville

Procedimento apura se servidores de São José dos Pinhais levaram pessoas para Santa Catarina em desacordo com normas de assistência social; caso envolve abordagem de van municipal

Da redação
Cascavel

●O Ministério Público do Paraná (MPPR) instaurou um procedimento administrativo para investigar denúncias de que servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, estariam transportando pessoas em situação de rua para Joinville, em Santa Catarina, em possível desacordo com a legislação e as normas de assistência social. A apuração foi formalizada na segunda-feira (16) e publicada no Diário Eletrônico do órgão na terça-feira (17), após episódios que já haviam mobilizado autoridades catarinenses em outubro.

O procedimento nº MPPR-0135.26.003446-1 tramita na 2ª Promotoria de Justiça de São José dos Pinhais, na área de Direitos Humanos.

A investigação foi instaurada a partir de denúncia apresentada por órgão de defesa dos direitos humanos da população em situação de rua, com participação da 12ª Promotoria de Justiça de Joinville, vinculada ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e de outro representante identificado no registro oficial. A Secretaria Municipal de Assistência Social de São José dos Pinhais figura como representada.

A **Gazeta do Paraná** consultou o sistema de acompanhamento processual do MPPR e confirmou que o procedimento permanece em andamento. Os registros disponíveis mostram a autuação, a distribuição inicial e três movimentações de cientificação dos representantes, todas datadas de 16 de novembro. Até o momento da consulta, não constavam publicamente diligências, depoimentos ou decisões conclusivas sobre a denúncia.

Van municipal abordada

O episódio que levou o caso ao conhecimento das autoridades catarinenses ocorreu em 6 de outubro, quando a Guarda Municipal de Joinville recebeu uma denúncia sobre o desembarque de aproximadamente sete pessoas nas proximidades da rodoviária. Segundo informações divulgadas pela Prefeitura de Joinville, os passageiros aparentavam estar em situação de rua e haviam chegado em uma van pertencente ao município de São José dos Pinhais. A ocorrência foi registrada por volta das 14h30, após um fiscal da rodoviária comunicar a movimentação. Os guardas localizaram o veículo nas proximidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e identificaram dois servidores da administração municipal paranaense: o motorista e uma assistente social. Aos agentes, os servidores relataram que estavam transportando pessoas que teriam conseguido oportunidades de emprego em Joinville. O destino informado seria um endereço na Rua XV de Novembro. Conforme a versão apresentada durante a abordagem, um dos passageiros pediu para desembarcar nas proximidades da rodoviária e se recusou a retornar ao veículo. Os demais teriam descido em seguida.

A denúncia envolve o transporte de pessoas em situação de rua para Joinville. Até o momento, não há comprovação pública de participação dos servidores em exploração de trabalhadores


O MP investiga transporte de pessoas em situação de rua para Santa Catarina José Cruz/Agência Brasil

A Guarda Municipal realizou buscas para localizar os passageiros, mas eles não foram encontrados naquele momento. Entre as pessoas transportadas, segundo as informações recolhidas durante a ocorrência, estariam cidadãos brasileiros, venezuelanos e um dominicano. Os servidores foram encaminhados ao Ministério Público catarinense para prestar esclarecimentos.

O caso, entretanto, não teria sido isolado. A Prefeitura de Joinville informou que uma van de São José dos Pinhais já havia sido identificada nas proximidades da rodoviária em 1º de julho, também após uma denúncia. O registro anterior passou a integrar os elementos considerados pelas autoridades catarinenses na apuração dos deslocamentos.

A PREFEITURA DE CASCAVEL NÃO PARA!



Em andamento

MAIS DE R$ 300 MILHÕES EM OBRAS EM TODO MUNICÍPIO.

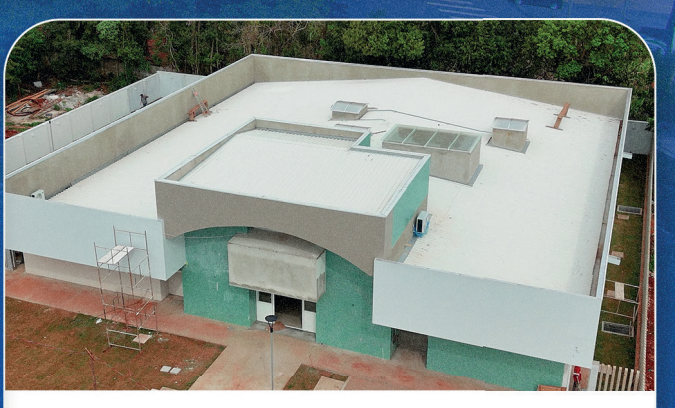




Em breve NOVO HOSPITAL DA REGIÃO NORTE



4 NOVOS CMEIs NO INTERIOR



10 NOVAS UNIDADES DE SAÚDE



NOVOS ECOPARQUES



220 Km DE ESTRADAS RURAIS COM ASFALTO NOVO



TRINCHEIRA DO CASCAVEL VELHO



O MAIOR INVESTIMENTO EM ASFALTO NOVO DA HISTÓRIA

E MUITO MAIS VEM POR AÍ

GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE

cidade em OBRAS

Brasileirão Tricolor Paulista ainda faz as contas por uma possível vaga na próxima Libertadores da América. Tricolor das Laranjeiras está quase lá

São Paulo e Flu fazem duelo de tricolores

O técnico Dorival Júnior terá uma grande dor de cabeça para escalar o São Paulo na partida contra o Fluminense


São Paulo e Fluminense jogam no complemento da rodada Lucas Merçon

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● São Paulo e Fluminense medem forças no encerramento da 35ª rodada do Campeonato Brasileiro. A bola rola nesta quinta-feira (19), a partir das 21h30, no Morumbis. Os dois times vivem situações distintas na tabela do Campeonato Brasileiro. O Fluminense ocupa a quarta colocação, com 57 pontos, e embora não brigue pelo título, está na zona de classificação direta à Libertadores. O São Paulo, por sua vez, está no meio da tabela com 44 pontos.

São Paulo e Fluminense tiveram a data Fifa para trabalhar ajustes táticos e técnicos. O Tricolor paulista vai em busca da vitória, uma vez que ainda sonha com uma classificação à fase preliminar da Libertadores. O São Paulo vem de um empate sem gols contra o rival Corinthians, na Vila Belmiro. Do outro lado, o Fluminense chega ao confronto após duas vitórias consecutivas no Brasileiro, contra Internacional e Vitória, times que figuram na parte de baixo da tabela.

Escalação

O técnico Dorival Júnior terá uma grande dor de cabeça para escalar o São Paulo na partida contra o Fluminense, a primeira da equipe após a data Fifa, uma vez que pode ter até nove desfalques. A comissão técnica não terá três titulares para o confronto. Newton e Luciano receberam o terceiro cartão amarelo no clássico contra o Corinthians, pela 34ª rodada, e precisarão cumprir suspensão automática. O mesmo vale para o atacante Ferreira, que atualmente é reserva do São Paulo.

Já Marcos Antônio também deve ficar fora novamente. O volante sofreu uma lesão no tornozelo o direito e não deve se recuperar a tempo de reforçar o time tricolor. Os laterais Aurélio Buta e Nicolas também se recuperam de suas respectivas contusões no joelho. Com isso, Dorival Júnior precisará se virar com o que tem à disposição. O setor que mais preocupa é a zaga, uma vez que Newton vinha atuando improvisado na função de terceiro zagueiro pela direita. O volante, que chegou ao clube no meio do ano, caiu nas graças do treinador justamente pela versatilidade e pelo bom desempenho apresentado em campo.

O grande problema é que o São Paulo vive um momento de dificuldade na zaga com relação às peças disponíveis. Domingos Duarte rompeu o ligamento cruzado anterior do joelho direito e só voltará a jogar no ano que vem. Sabino, por sua vez, também pode perder o fim da temporada após passar por cirurgia de reparo de cartilagem no joelho direito.

Com isso, o Tricolor paulista pode ter uma zaga quase totalmente alternativa diante do Fluminense, composta pelo jovem Osório, Arboleda e Rafael Tolói. Estes são os únicos três zagueiros disponíveis no momento, sem levar em consideração os jovens de Cotia. Outra alternativa seria desfazer o sistema com três zagueiros para retomar uma linha de quatro defensores. Embora tenha adotado a linha de três, a atual comissão técnica são-paulina já fez este movimento em alguns momentos pontuais na temporada.

O meio-campo e o ataque do São Paulo também devem passar por mudanças para o duelo contra o Fluminense. Sem Marcos Antônio, Dorival Júnior precisará quebrar a cabeça para montar o setor, uma vez que Bobadilla e Djhordney não têm presenças garantidas.

Já o ataque é onde restam menos dúvidas. O trio de ataque titular do São Paulo contra o Fluminense deve ser composto por Lucas, Calleri e Artur. O camisa 37 se recuperou de um trauma na lombar e voltou aos gramados contra o Corinthians. Se Luciano, portanto, o trio pode sair jogando junto pela primeira vez no Tricolor paulista.

NÚMERO

57

Quarto colocado com 57 pontos, o Fluminense **pode se garantir na próxima Libertadores hoje**


Rafael Ribeiro/CBF

SELEÇÃO BRASILEIRA

Atacante Endrick elogia a base do Palmeiras

● A goleada da Seleção Brasileira por 7 a 0 sobre Singapura também foi marcada por um reconhecimento de Endrick ao trabalho desenvolvido nas categorias de base do Palmeiras. Após balançar as redes no último compromisso do Brasil em 2026, o atacante destacou a formação alviverde elogiou João Paulo Sampaio, coordenador-geral do departamento desde 2015. "O que o Palmeiras vem fazendo com a base é uma coisa espetacular. Temos que dar parabéns ao João Paulo, é um cara que vai buscar talentos em todo lugar do mundo", afirmou o jogador. A declaração tem como contexto um marco alcançado pelo clube na atual Data Fifa. Pela primeira vez, cinco jogadores revelados pelo Palmeiras foram convocados para uma mesma lista da Seleção Brasileira principal. Carlo Ancelotti chamou Endrick, Estêvão, Vitor Reis, Danilo e Allan para os amistosos contra Japão e Singapura. Embora os cinco não façam mais parte do elenco alviverde, todos passaram pelas categorias de formação do clube antes de seguirem carreira em outras equipes. Danilo, atualmente no Botafogo, não conseguiu integrar a delegação brasileira em Singapura, por conta de uma lesão no músculo adutor da perna direita.
O quinteto reúne jogadores que se destacaram no Palmeiras em diferentes posições e gerações. Endrick e Estêvão ganharam projeção no ataque, enquanto Vitor Reis se desenvolveu como zagueiro. Allan e Danilo também passaram pelo processo de formação do clube e chegaram à equipe profissional. Atualmente, os cinco defendem equipes diferentes. Endrick atua pelo Real Madrid, Estêvão pelo Chelsea, Vitor Reis e Allan pelo Manchester City, enquanto Danilo veste a camisa do Botafogo. A presença dos cinco na convocação também chama atenção pelo retorno financeiro das negociações envolvendo os jogadores. Em levantamento publicado pela Gazeta Esportiva em agosto de 2026, as vendas de atletas formados na Academia de Futebol que atuaram sob o comando de Abel Ferreira somaram 275,04 milhões de euros (cerca de R$ 1,65 bilhão), considerando os valores fixos das transferências. Dentro desse levantamento, as negociações envolvendo os cinco convocados representam 174,5 milhões de euros em valores fixos. Estêvão lidera o recorte, com 45 milhões de euros, seguido por Allan, com 37,5 milhões, Vitor Reis, com 37 milhões, Endrick, com 35 milhões, e Danilo, com 20 milhões de euros.

Atraso de salários poderá acarretar em perda de pontos

A CBF anunciou as mudanças na última terça-feira

Gazeta Esportiva
São Paulo

●A CBF definiu uma nova medida para combater os atrasos salariais nos clubes brasileiros. A partir da temporada de 2028, equipes que estiverem com pagamentos pendentes a jogadores e membros da comissão técnica poderão iniciar o Campeonato Brasileiro com uma punição de três pontos na classificação.

A decisão foi tomada durante a quinta reunião com representantes dos clubes das Séries A e B, realizada no Hotel Windsor Marapendi, no Rio de Janeiro. O encontro faz parte das discussões para a construção da Liga do Futebol do Brasil.

De acordo com a regra aprovada, os clubes terão de comprovar à Agência Nacional de Regulação e Sustentabilidade do Futebol (ANRESF), 20 dias antes do início do Campeonato Brasileiro, que estão em dia com os salários dos atletas e integrantes da comissão técnica. Caso seja constatado algum atraso nos pagamentos, a equipe estará sujeita à sanção e começará a competição com menos três pontos na tabela de classificação.

Na reunião, também foi votada e aprovada a extinção do limite de jogos para transferências de jogadores entre clubes da mesma divisão. A norma, portanto, já não será mais válida a partir de 2027 para clubes das Séries A e B.

Situação financeira

A reunião também abordou a situação financeira dos clubes e as condições dos estádios brasileiros. Um levantamento da ANRESF apontou que dez dos 14 clubes analisados tiveram resultado operacional negativo em 2025, com déficit conjunto de aproximadamente R$ 1,4 bilhão.

Já a avaliação de 21 arenas identificou avanços na infraestrutura, mas também necessidades de melhorias em itens como energia de reserva, acessibilidade e instalações. A CBF pretende criar um regulamento próprio de infraestrutura para o futebol brasileiro, com padrões mínimos, prazos de adequação e possíveis sanções.

Outro tema foi o Programa de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes da Série B (PARF-B). A partir de 2027, equipes que descumprirem obrigações financeiras por mais de 120 dias poderão perder três pontos na competição, em vez de serem excluídas do programa. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O encontro ainda discutiu os impactos da possível proibição de publicidade e patrocínios de casas de apostas esportivas. Segundo estimativas apresentadas pela CBF, a medida poderá provocar perdas de R$ 420 milhões em receitas em 2027, com impacto acumulado superior a R$ 2 bilhões até 2030. A entidade também debateu alternativas para reduzir os prejuízos ao financiamento do futebol.

NÚMERO

120

A partir de 2027, equipes que descumprirem obrigações financeiras por mais de 120 dias poderão perder três pontos na competição, em vez de serem excluídas do programa


Samir Xaud, presidente da CBF Rafael Ribeiro/ CBF


Serjão Soares/ RF1

FÓRMULA 1

Haas confirma Rafa Câmara em Las Vegas

● A Haas anunciou esta semana que o brasileiro Rafael Câmara permanecerá como titular da equipe no Grande Prêmio de Las Vegas, 21ª etapa da temporada 2026 da Fórmula 1, neste fim de semana. O pernambucano estreou no Grande Prêmio de São Paulo, assumindo o posto que originalmente era de Esteban Ocon. Com a dispensa do francês, Ryo Hirakawa herdou o carro no Grande Prêmio do México e somou um ponto com o décimo lugar. Posteriormente, Câmara foi escolhido para correr em Interlagos, onde terminou na 20ª posição. "Estou ansioso para voltar ao carro em Las Vegas. A etapa no Brasil foi uma boa experiência de aprendizado, e agora o foco está em evoluir, melhorando passo a passo e tirando o máximo de cada sessão. É um circuito novo para mim, então há muito para aprender, mas vou fazer o melhor para continuar progredindo ao longo do fim de semana", afirmou Rafa Câmara. A tendência é que a prova nos Estados Unidos seja a última do brasileiro na temporada 2026 da Fórmula 1, já que as duas últimas etapas do ano, no Catar e em Abu Dhabi, contam com provas da Fórmula 2 na programação. Na F2, ele é titular da equipe Invicta e segue na briga pelo título: tem 207 pontos, contra 200 de Nikola Tsolov e 189 de Alexander Dunne. Em 2027, Rafa Câmara será titular da Haas, que ainda deverá confirmar seu companheiro de equipe. O britânico Ollie Bearman, atual titular, é o principal candidato. Para o chefe de equipe do time norte-americano, Ayao Komatsu, a escolha pelo brasileiro vem se mostrando um acerto. "No Brasil, nosso escolhido para 2027, Rafa Câmara, fez sua estreia sob condições extremamente desafiadoras e mostrou para nós e para o mundo o porquê de termos assinado com ele. Estamos ansiosos para desenvolver seu segundo fim de semana conosco", disse o dirigente.

Colorado joga contra o Vasco no Rio de Janeiro

Da redação
Cascavel

● A 35ª rodada do Campeonato Brasileiro será concluída nesta quinta-feira (19) com mais dois jogos que envolvem equipes ameaçadas pelo rebaixamento. O Internacional atua como visitante e encara o Vasco, às 19h30, em São Januário. O Colorado soma 38 pontos e aposta nas partidas no Beira-Rio para evitar o segundo rebaixamento da história. Depois do confronto contra o Cruzmaltino, o Inter tem um confronto direto como o Vitória, que também tem 38 pontos, na próxima segunda-feira (23) diante da torcida. Na penúltima rodada, volta a jogar no Beira-Rio contra o Bragantino, no dia 29 de novembro. E na última rodada irá visitar o Cruzeiro no dia 02 de dezembro.

No entanto, se conseguir a vitória no Rio de Janeiro diante do Vasco termina essa rodada fora da zona do rebaixamento. O Inter conquistou três vitórias nos últimos três jogos que fez no Beira-Rio. A última delas foi sobre o Coritiba por 1 a 0.

O Cruzmaltino, por sua vez, amargou a eliminação nas semifinais da Copa do Brasil para o Palmeiras nas semifinais. Com isso, restou o Brasileirão pela frente e a luta contra o rebaixamento. Mas, no último sábado, o Vasco fez um jogo atrasado contra a Chapecoense, venceu por 2 a 0 em Santa Catarina e praticamente eliminou o risco de queda com 44 pontos. Agora, tenta somar os pontos suficientes nos jogos que restam para sonhar com uma vaga na próxima Libertadores da América. Até porque, o Brasileirão pode ter um G-9.


O Inter joga contra o Vasco Ricardo Duarte

Vitória

Outro clube ameaçado pelo rebaixamento e que precisa vencer para terminar essa rodada fora do Z-4 é o Vitória. O time baiano atua em seus domínios e recebe o Bragantino, às 19h30, no Barradão. O risco de queda aumentou para o Vitória pela sequência de cinco jogos sem vitória. Nos dois últimos compromissos, o Leão perdeu para Coritiba e Fluminense, este último por 3 a 0, em casa.

Publicidade Legal

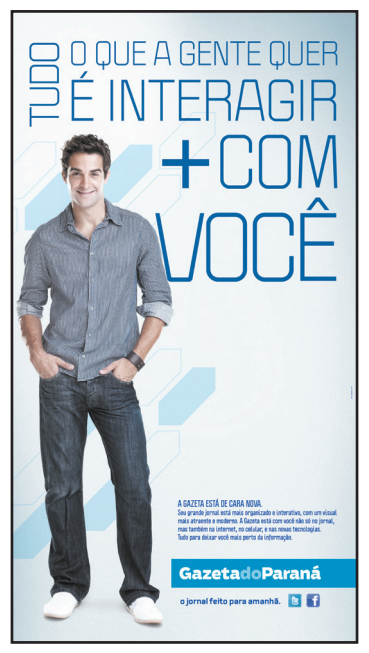
CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 8a REGIÃO - CRN-8
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 67/2026- UASG 926091

Objeto: Contratação de serviços de telefonia móvel, com fornecimento de linhas, planos de voz e dados, bem como a aquisição de aparelhos telefônicos do tipo smartphone. Critério de Julgamento: Menor preço. Propostas a partir de 24/11/2026 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas e início da sessão: 08/12/2026 às 9h:00 no portal gov.br/compras. Informações Gerais: O Edital poderá ser consultado nos Portal da Transparência do CRN8 no menu "Licitações e Contratos/Editais e Resultados" e no Portal Nacional de Contratações Públicas. Julisse Klemtz Wagner Pregoeiro









PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026-PMSI

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 34/2026-PMSI, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de atrações recreativas e equipamentos, compreendendo trenzinho do Papai Noel, Busão da Alegria, brinquedos infláveis e serviços de sonorização, destinados à realização das festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR, no dia 19 de dezembro de 2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa GILSON PRESOTTO, CNPJ nº 60.704.502/0001-25, com sede na cidade de Itapejara D'Oeste/PR, pelo valor total de R$ 40.250,00 (quarenta mil, duzentos e cinquenta reais).

Saudade do Iguaçu/PR, 17 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026-PMSI

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº. 35/2026-PMSI, para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços prestação de serviços de desinsetização orgânica contra pragas urbanas (baratas, formigas, traças, aranhas e outros insetos), bem como de higienização e desinfecção de reservatórios de água, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA, CNPJ nº. 08.873.392/0001-05, com sede na cidade de Cascavel-PR, pelo valor total de R$ 15.159,80 (quinze mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

Saudade do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026-PMSI

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº. 36/2026-PMSI, para a aquisição de uma motobomba, 37 medidores de vazão e serviços de mão de obra, destinados à recuperação e melhoria do sistema de abastecimento de água da Comunidade de Vista Alegre, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº. 04.949.630/0001-68, com sede na cidade de Francisco Beltrão-PR, pelo valor total de R$ 18.377,00 (dezoito mil, trezentos e setenta e sete reais).

Saudade do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.615/2026

PROCESSO Nº 124/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 34/2026-PMSI

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

1. OBJETO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de atrações recreativas e equipamentos, compreendendo trenzinho do Papai Noel, Busão da Alegria, brinquedos infláveis e serviços de sonorização, destinados à realização das festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR, no dia 19 de dezembro de 2026.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A presente aquisição tem como objetivo proporcionar à população um dia especial de celebração natalina, por meio de atividades recreativas, culturais e de lazer promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura. A iniciativa contempla a disponibilização de brinquedos infláveis, Buzão da Alegria, Trenzinho do Papai Noel e personagens temáticos natalinos, proporcionando momentos de diversão e entretenimento, especialmente às crianças e suas famílias. A ação visa fortalecer as tradições natalinas, incentivar a integração comunitária e ampliar o acesso da população às atividades culturais e de lazer, promovendo um ambiente de confraternização, alegria e espírito natalino. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, contribuindo para uma programação de Natal diversificada e acessível a toda a comunidade.
A escolha da contratada ocorreu com base na proposta de menor preço apresentada, considerando o atendimento às especificações técnicas e às condições estabelecidas pela Administração, buscando garantir a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
FORNECEDOR
GILSON PRESOTTO, CNPJ nº 60.704.502/0001-25.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE TRENZINHO DO PAPAI NOEL, composto de dois vagões, um Papai Noel e uma Mamãe Noel devidamente caracterizados, realizar o transporte dos mesmos até o Paço Municipal, onde irão entregar os presentes e tirar fotos com as crianças, no dia 19 de dezembro, às 20 horas, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 2 (duas) horas. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	10.000,00	10.000,00
2	LOCAÇÃO DE BUSÃO DA ALEGRIA, ônibus recreativo com capacidade para até 50 pessoas, com equipe profissional, para realizar o transporte no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	18.000,00	18.000,00
3	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS: FUTEBOL DE SABÃO: Comprimento: 8,00M x Largura: 4,00M; no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	950,00	950,00
4	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS: FUTEBOL DE SABÃO: Comprimento: 10,00M x Largura: 5,00M; no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	1.050,00	1.050,00
5	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS: TOBOGÃ DUPLO VIGADORES: Comprimento: 6,00M x Largura: 4,20M x Altura: 5,50M, no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	1.430,00	1.430,00
6	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS: GUERRA DE COTONETES: Comprimento: 5,00M x Largura: 5,00M, no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	1.240,00	1.240,00
7	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS: CASTELINHO PULA–PULA INFLÁVEL: Comprimento: 3,00M x Largura: 3,00M, no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	930,00	930,00
8	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS: CENTOPEIA INFLÁVEL GIGANTE: Comprimento: 8,00M x Largura: 2,00M x Altura: 4,20M, no dia 19 de dezembro, durante as festividades de Natal do Município de Saudade do Iguaçu/PR., com carga horária de 6 (seis) horas, das 16h às 22h. Chegando no local do evento com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.	1	1.050,00	1.050,00
9	LOCAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS PÚBLICOS DE PEQUENO PORTE LUGARES FECHADOS: 04 Caixas de som sistema line; 02 Caixa de som monitor 2x12; 02 Caixas de sub grave 2x18; 01 Mesa de som mínimo 12 canais; 02 Microfone sem fio bastão; 02 Microfones com fio; 04 Pedestais de microfone; 01 Notebook; 02 réguas de A/C estabilizados 127V; 02 réguas de A/C 220V; Cabos e acessórios contendo no mínimo 04 cabos p10 x p10 e 04 cabos canon balanceado macho x fêmea de no mínimo 10 metros; 01 Técnico de som para operação do som durante todo o evento; Todos os custos com transporte, instalação, manutenção, operação dos itens no pré, durante e pós-evento, são de responsabilidade da contratada.	1	5.600,00	5.600,00
			VALOR TOTAL	40.250,00

4.2 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado 50% em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato e 50% que poderá ser pago em até 10 (dez) dias anteriores a realização do evento, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5. HABILITAÇÃO

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

Unidade: 13.01 – Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

Ação: 13.392.0010.2.030 – Promoção e Incentivos as atividades Culturais

Despesa: 3.3.90.39.14 – Locação de bens móveis e outras naturezas intangiveis

Principal: 5749 Despesa: 6851

Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit

Saudade do Iguaçu/PR, 17 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.618/2026

PROCESSO Nº 125/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 35/2026 -PMSI

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desinsetização orgânica contra pragas urbanas (baratas, formigas, traças, aranhas e outros insetos), bem como de higienização e desinfecção de reservatórios de água, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação justifica-se pela necessidade de manter condições adequadas de higiene, salubridade e segurança nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, por meio da execução de serviços especializados de desinsetização orgânica contra pragas urbanas e de higienização e desinfecção de reservatórios de água. A realização periódica desses serviços é indispensável para prevenir a proliferação de insetos e outros vetores, preservar a qualidade da água destinada ao consumo humano, proteger a saúde de alunos, servidores e usuários dos serviços públicos, bem como atender às normas sanitárias aplicáveis. A escolha da contratada ocorrerá mediante Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo selecionada a proposta de menor preço, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e as especificações técnicas constantes neste Aviso de Contratação Direta, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

4.1 **FORNECEDOR**

ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA - ME, CNPJ nº 08.873.392/0001-05.

LOTE	ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	4.838	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Desinsetização de acordo com legislação sanitária vigente para atender as necessidades das escolas da rede municipal de educação. Escola Municipal Padre Felipe, CMEI Sonho Encantado, CMEI Pequeno Anjo que acontecerá no dia 18 de dezembro de 2026 conforme segue: Escola Municipal Padre Felipe - desinsetização – cozinha, almoxarifado cozinha, salas de aula, sagão, lavanderia, almoxarifado materiais de limpeza, refeitório, banheiros totalizando 3.000 m2. CMEI Sonho Encantado – desinsetização – salas de aula, salas administrativas, recreio coberto, cozinha, almoxarifado cozinha, lavanderia, almoxarifado materiais de limpeza e banheiros totalizando 1.000 m2. CMEI Pequeno Anjo – desinsetização: salas de aula, sala direção, cozinha, almoxarifado cozinha, lavanderia, banheiros, refeitório, totalizando 838 m2. 4.838 m² no total.	M²	R$ 2,10	R$ 10.159,80
1	2	2	Limpeza e desinfecção de reservatório de água de 1.000 litros de água - Escola Municipal Padre Felipe.	UN	R$ 450,00	R$ 900,00
1	3	1	Limpeza e desinfecção de reservatório de água de 500 litros de água - Escola Municipal Padre Felipe.	UN	R$ 350,00	R$ 350,00
1	4	1	Limpeza e desinfecção de reservatório de água de 10.000 litros de água - Escola Municipal Padre Felipe.	UN	R$ 700,00	R$ 700,00
1	5	1	Limpeza e desinfecção de reservatório de água de 20.000 litros de água - CMEI Sonho Encantado.	UN	R$ 950,00	R$ 950,00
1	6	6	Limpeza e desinfecção de reservatório de água de 500 litros de água - CMEI Pequeno Anjo.	UN	R$ 350,00	R$ 2.100,00
					VALOR TOTAL	R$ 15.159,80

4.3 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5. HABILITAÇÃO

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Ação: 12.361.0008.2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Despesa: 3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Principal: 5000 Despesa: 5431
Fonte: 20000 – Recursos Livres (superavit)

Saudade do Iguaçu, PR, 18 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.609/2026

PROCESSO Nº 126/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 36/2026 -PMSI

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

1. OBJETO

A aquisição de uma motobomba, 37 medidores de vazão e serviços de mão de obra, destinados à recuperação e melhoria do sistema de abastecimento de água da Comunidade de Vista Alegre, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A compra de uma bomba de água e de 37 hidrômetros para a comunidade de Vista Alegre é necessária devido aos estragos causados pelas fortes chuvas e outras condições do tempo, que acabaram danificando o sistema de abastecimento de água da comunidade. As famílias estão há mais de 30 dias sem água, o que vem causando muitas dificuldades para os moradores, principalmente nas atividades básicas do dia a dia, como cozinhar, tomar banho, lavar roupas e cuidar da higiene da casa. A bomba é necessária para fazer com que a água volte a chegar até as residências, enquanto os hidrômetros vão ajudar a controlar o consumo, evitar desperdícios e melhorar a distribuição da água. Por isso, essa compra precisa ser feita com urgência, pois não é justo que as famílias continuem tanto tempo sem água, que é uma necessidade básica e um direito de todos. É dever do poder público buscar uma solução rápida para esse problema, garantindo melhores condições de vida e saúde para os moradores da comunidade.
Quanto à escolha da contratada, esta se justifica pela análise da proposta apresentada, considerando o atendimento às especificações técnicas solicitadas, a compatibilidade dos preços com os valores praticados no mercado e as condições de fornecimento. A empresa selecionada apresentou proposta vantajosa para a Administração, atendendo às necessidades do Município e oferecendo condições adequadas para o fornecimento dos equipamentos.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 **FORNECEDOR**

- PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 04.949.630/0001-68.

4.3 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

LOTE	ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	37	Medidor de vazão 2,5m³.	UN	144,00	5.328,00
1	2	1	Moto bomba 5,5 HP 39EST (vanbro) Mono 254.	UN	11.099,00	11.099,00
1	3	1	Mão de obra e deslocamento.	UN	1.950,00	1.950,00
					VALOR TOTAL	18.377,00

5. HABILITAÇÃO

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

ITEM 01

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Ação: 17.511.0021.2.057 – Serviços de Saneamento Básico Rural
Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para manutenção de Bens Imóveis
Principal: 6860 Despesa: 6862
Fonte: 2555 – SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município

ITEM 02

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Ação: 17.511.0021.2.057 – Serviços de Saneamento Básico Rural
Despesa: 3.3.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico
Principal: 6860 Despesa: 6861
Fonte: 2555 – SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município

ITEM 03

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Ação: 17.511.0021.2.057 – Serviços de Saneamento Básico Rural
Despesa: 3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Principal: 5883 Despesa: 6863
Fonte: 2555 – SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. Em até 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

Saudade do Iguaçu, PR, 18 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal









Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

A conta chegou

●Durante anos, a terceirização foi vendida como sinônimo de modernização, eficiência e economia. Era a fórmula apresentada para enxugar a máquina pública, reduzir despesas e livrar o Estado dos supostos inconvenientes de manter servidores próprios. Agora, quando o orçamento aperta, a Secretaria da Fazenda do Paraná anuncia que vai revisar os contratos terceirizados justamente para conter gastos. Ora, mas não era para a terceirização sair mais barata? Não era esse o grande argumento para justificar sua expansão?

A contradição é tão evidente quanto incômoda. O governo que apostou na transferência de serviços públicos para empresas privadas agora precisa examinar o peso dessas contratações nas contas estaduais. E não estamos falando de um modelo que tenha atravessado os últimos anos sem problemas. Muito pelo contrário. A Gazeta do Paraná mostrou reiteradamente o outro lado dessa política: contratos milionários, falhas de fiscalização, atrasos salariais, trabalhadores desamparados e serviços essenciais submetidos às dificuldades financeiras de empresas contratadas.

A crise envolvendo a Produserv é um retrato desse cenário. Milhares de trabalhadores foram atingidos por problemas trabalhistas, enquanto o poder público precisou intervir para assegurar pagamentos e a continuidade dos serviços. Na Educação, questionamentos sobre contratações e apontamentos de órgãos de controle também colocaram em evidência fragilidades de um sistema que deveria representar eficiência administrativa. A economia prometida, entretanto, continua precisando ser demonstrada.

Afinal, terceirizar não faz a despesa desaparecer. O Estado continua pagando pelos trabalhadores, pelos encargos, pela administração dos contratos e pela remuneração das empresas. Continua responsável pela fiscalização e pelas consequências quando o serviço falha. A diferença é que, entre o dinheiro público e a prestação do serviço, passa a existir uma estrutura empresarial que também precisa ser remunerada. Onde está, exatamente, a vantagem financeira que justificou essa escolha?

Não se trata de negar que determinadas atividades possam ser contratadas externamente. Trata-se de questionar a transformação da terceirização em solução quase automática para a administração pública. Durante muito tempo, a discussão foi conduzida como se o servidor concursado representasse necessariamente um custo excessivo, enquanto a contratação privada carregasse uma eficiência presumida. Uma simplificação conveniente, mas que nunca dispensou a obrigação de apresentar contas.

Eis o ponto central: quando se discute reajuste do funcionalismo, a resposta costuma vir acompanhada de limites fiscais, despesas obrigatórias e necessidade de responsabilidade orçamentária. Quando se trata de contratos terceirizados, porém, a mesma preocupação precisa alcançar cada renovação, cada aditivo e cada real transferido às prestadoras. Não pode haver rigor fiscal seletivo.

A revisão anunciada pela Fazenda deveria começar por uma pergunta elementar: quanto custaria ao Estado executar diretamente os mesmos serviços, com trabalhadores concursados, estrutura própria e fiscalização pública? Sem essa comparação, não há como sustentar que a terceirização seja economicamente vantajosa. Há apenas uma escolha administrativa cuja eficiência permanece sujeita à comprovação.

O problema é que a discussão chega tarde. Depois de anos de expansão das contratações, sucessivas denúncias e milhões comprometidos em contratos, a pressão orçamentária finalmente colocou o custo da terceirização sob exame. Seria desejável que o mesmo empenho tivesse acompanhado a decisão de terceirizar, antes que o modelo se consolidasse em áreas fundamentais do serviço público.

Agora, não basta procurar descontos ou renegociar contratos. É preciso abrir as contas, confrontar os custos e reconhecer os problemas que o discurso da eficiência tantas vezes deixou em segundo plano. O contribuinte tem direito de saber se pagou menos por serviços melhores ou se apenas financiou uma estrutura mais complexa para entregar aquilo que o Estado já tinha obrigação de oferecer.

Se a terceirização era a resposta para economizar, por que agora aparece entre as despesas que precisam ser revistas? A Fazenda pode até encontrar justificativas técnicas para cada contrato. Mas não pode fugir da pergunta que seu próprio anúncio colocou sobre a mesa: afinal, para quem a terceirização foi um bom negócio?

É preciso diferenciar a maioridade penal da responsabilização penal

Leonardo Isaac
YAROCHEWSKY

**Advogado, doutor e mestre em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor pela Universidade de Coimbra, especialista em processo penal*

A discussão sobre a redução da maioridade penal é quase sempre movida por forte impacto emocional, pela influência da mídia e pelo populismo penal, notadamente em períodos eleitorais. A maioridade penal (imputabilidade penal) - idade a partir da qual a pessoa pode ser julgada criminalmente como adulta e cumprir pena no sistema prisional comum (penitenciárias) -, de acordo com a Constituição da República (art. 228) e o CP (art. 27), dá-se aos 18 anos.

Já a responsabilização penal - isto é, a sujeição de crianças e adolescentes às consequências jurídicas da prática de atos infracionais (condutas descritas como crime ou contravenção) - ocorre a partir dos 12 anos. Nesse caso, os menores de 18 anos estão sujeitos a medidas socioeducativas que vão desde a advertência até a internação em estabelecimento próprio, pelo período máximo de três anos (eufemismo da prisão).

A Exposição de Motivos do atual CP (lei 7.209/1984) justifica a manutenção da inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, nos seguintes termos: Trata-se de opção apoiada em critérios de Política Criminal. Os que preconizam a redução do limite, sob a justificativa da criminalidade crescente, que a cada dia recruta maior número de menores, não consideram a circunstância de que o menor, ser ainda incompleto, é naturalmente antissocial na medida em que não é socializado ou instruído. O reajustamento do processo de formação do caráter deve ser cometido à educação, não a pena criminal. De resto, com a legislação de menores recentemente editada, dispõe o Estado dos instrumentos necessários ao afastamento do jovem delinquente, menor de 18 anos, do convívio social, sem sua necessária submissão ao tratamento do delinquente adulto, expondo-o a contaminação carcerária.

Em primoroso artigo, o jurista Juarez Tavares adverte: Em nenhum país e muito menos no Brasil, a fixação da maioridade em 18 anos implica uma completa irresponsabilidade do adolescente infrator. A idade influencia apenas a adoção de um determinado regime jurídico. Aos que completam 18 anos aplica-se o regime jurídico do CP; aos que se situarem entre 12 e 18 anos aplica-se o regime jurídico do Estatuto da Criança e do Adolescente ou de uma justiça de menores, como se diz em alguns países.

Importante ressaltar que, de acordo com levantamento divulgado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), entre 76 países da América Latina, da Europa e do G20, 68 estabelecem 18 anos como idade mínima para que alguém seja julgado como adulto, enquanto apenas oito adotam idades inferiores.

Na Alemanha, por exemplo, dos 14 aos 18 anos, os jovens respondem por seus atos perante a Justiça juvenil, cujo foco principal é a educação e a reinserção social. Nesse sistema, podem ser aplicadas medidas socioeducativas, prestação de serviços comunitários ou penas de detenção específicas para jovens.

Na França, a maioridade penal (idade em que o indivíduo passa a responder integralmente como adulto) é de 18 anos.

Na Espanha, a maioridade penal plena (responsabilidade penal de adultos) é fixada aos 18 anos. Dos 14 aos 17 anos, os jovens respondem por infrações e crimes perante a jurisdição especializada de menores, à qual cabe aplicar medidas socioeducativas e medidas específicas de privação de liberdade. Na Itália, o regime é semelhante.

Embora alguns insistam em negar, a inimputabilidade penal está entre as garantias fundamentais da pessoa humana. O art. 228 da Constituição da República estabelece a idade de 18 anos como limite ao poder punitivo penal e assegura, por razões de política criminal, a proteção à infância e o "respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade" (art. 227, § 3º, V, da CF/88).

É a própria Constituição da República que, em seu art. 60, § 4º, IV, não admite emenda tendente a abolir "direitos e garantias individuais", o que, por si só, já deveria ser mais do que suficiente para barrar qualquer tentativa nesse sentido.

Assim, não resta dúvida de que as propostas de redução da maioridade penal afrontam a Constituição da República, que tem como um de seus fundamentos o respeito à dignidade da pessoa humana e o compromisso com o Estado Democrático de Direito.

Para aqueles que creem, equivocadamente, que a redução da maioridade penal trará mais segurança, é preciso salientar que os adolescentes respondem por menos de 2% dos atos infracionais ("crimes") cometidos no país e por apenas 0,5% dos homicídios e das tentativas de homicídio. É importante destacar, ainda, que os menores de 18 anos estão entre as principais vítimas de homicídio no país: mais de 5 mil crianças e adolescentes são assassinados por ano no Brasil.

Assim, é certo que a sociedade não estará mais segura com a redução inconstitucional da maioridade penal.

Por fim, não é demais insistir: o que protege a sociedade é o investimento em educação e em políticas públicas para a juventude. Como já disseram Winfried Hassemer e Muñoz Conde, a melhor política criminal é sua substituição pela política social. Ou, nas palavras sempre lúcidas de Juarez Tavares: "para adolescentes infratores, mais compreensão, mais assistência, mais educação, mais recuperação, mais Estatuto e menos Código Penal".



Política & CIA

Disputa pelo comando

A TENTATIVA do governador eleito Sergio Moro (PL) de construir uma chapa de consenso para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná enfrenta resistência antes mesmo do início de seu mandato. O nome escolhido para a presidência, Delegado Jacovós (PL), passou a enfrentar a possibilidade de um bate-chapa liderado por Gugu Bueno (PSD), atual primeiro-secretário da Casa. A composição alternativa em negociação reúne Flávia Francischini (PL) para a primeira vice-presidência e Luiz Fernando Guerra, o Guerrinha (Novo), para a primeira-secretaria. A articulação envolve integrantes do PSD, Novo e até parlamentares do próprio PL, evidenciando que Moro terá de negociar também dentro de sua base partidária.

Guerra de bastidores

A disputa expõe divergências no PSD, partido do governador Ratinho Junior, e as dificuldades de Moro para acomodar os diferentes grupos políticos. A legenda, que elegeu 14 deputados, enfrenta disputas internas, enquanto parlamentares experientes tentam preservar espaços na estrutura legislativa. Nos bastidores, a chapa alternativa é apresentada como uma defesa da independência da Assembleia diante do Executivo. Já o grupo de Jacovós aposta na construção de uma maioria que assegure estabilidade ao futuro governo. A eleição está prevista para 1º de fevereiro de 2027, quando os novos deputados assumem seus mandatos.

O peso do PT

A formação da próxima Mesa também coloca Moro diante de um dilema político. Para ampliar a sustentação da chapa de Jacovós, aliados do governador eleito precisam negociar com diferentes bancadas, incluindo o PT. O desafio é conciliar essa necessidade com o discurso de oposição ao petismo que marcou sua trajetória política. A exclusão dos parlamentares da esquerda pode fortalecer a candidatura alternativa, enquanto uma eventual composição com o PT tende a provocar questionamentos entre seus apoiadores. Na Assembleia, a matemática dos votos pode falar mais alto que as divergências ideológicas.

Prestígio no PP

A deputada Maria Victoria (PP) recebeu elogios de Sergio Moro pela articulação que resultou na indicação unânime de Cesar Silvestri Filho à primeira-secretaria da Assembleia. Segundo apuração do Diário de Maringá, a definição ocorreu durante reunião realizada na segunda-feira (16), no Chapéu Pensador, em Curitiba. Moro destacou a unidade do Progressistas e a atuação da parlamentar nas negociações. A indicação reforça a participação do PP na chapa encabeçada por Delegado Jacovós, embora a possibilidade de uma candidatura alternativa ainda mantenha o cenário em aberto.

PSD dividido

O PSD de Ratinho Junior tenta demonstrar unidade, mas as articulações para a Mesa Diretora revelam divergências entre seus parlamentares. Após a resistência de Moro ao chamado G-5, grupo de deputados influentes da atual legislatura, a legenda divulgou uma nota sem apresentar assinaturas individuais dos integrantes da bancada. Enquanto parte dos deputados defende uma composição independente do futuro governo, outros se aproximam do governador eleito. Moacyr Fadel é apontado entre os parlamentares que se afastaram politicamente de Ratinho Junior e passaram a integrar as negociações da próxima Mesa.

Reconhecimento de terreno

Eleito deputado estadual pelo Paraná, Thiago Foltran aproveitou a semana para conhecer de perto a Assembleia Legislativa, onde assumirá uma cadeira em fevereiro de 2027. A visita foi registrada nas redes sociais do futuro parlamentar, que apareceu ao lado de nomes da atual oposição, como Luciana Rafagnin, Goura Nataraj, Renato Freitas e Ana Júlia Ribeiro. A circulação de deputados eleitos pelos corredores da Alep tem se intensificado com a aproximação da nova legislatura. Foltran começa a se familiarizar com o ambiente político e a estabelecer contatos com parlamentares que já conhecem o funcionamento da Casa.

Virada de jogo

O vereador e ex-presidente da Câmara de Maringá Mário Massao Hossokawa voltou ao centro de uma controvérsia política. O ex-vereador Homero Marchese divulgou que Hossokawa é alvo de investigação da Polícia Civil por suspeita de prática de rachadinha, informação que ainda depende de confirmação oficial sobre o andamento do procedimento. Marchese, que protagonizou embates com o parlamentar, anunciou que pretende pedir a cassação do mandato caso obtenha elementos suficientes. O episódio reacende o confronto entre os dois e coloca sob questionamento a situação política de Hossokawa, que anteriormente participou de processos de cassação contra adversários.

De olho em Brasília

O vice-prefeito de Curitiba, Paulo Martins (Novo), já mira um posto de destaque em Brasília antes mesmo de assumir seu mandato de deputado federal. O partido decidiu lançá-lo à presidência da Câmara dos Deputados, numa movimentação que busca ampliar o espaço da legenda no Congresso a partir de 2027. A candidatura coloca o parlamentar eleito em uma disputa que exigirá articulação muito além de sua bancada e negociação com partidos de diferentes campos políticos. Para Martins, a iniciativa representa uma oportunidade de ganhar projeção nacional logo no início do mandato, embora a viabilidade da candidatura dependa da formação de alianças na nova legislatura.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

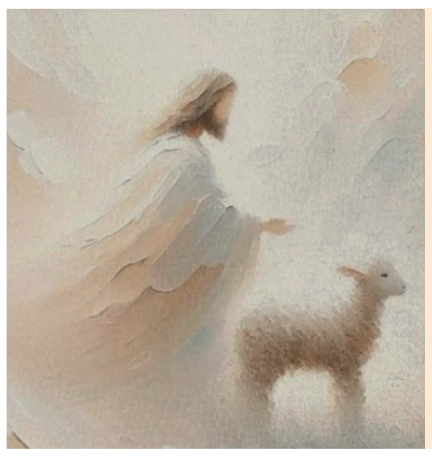
•Show de Marionetes?
Nossas figuras públicas são realmente quem dizem ser, ou estamos testemunhando uma grande farsa? Clones, sósias, atores e até mesmo travestis escondidos à vista de todos desafi am nossas percepções da realidade. As linhas entre o real e o irreal se confundem à medida que mergulhamos em uma toca de coelho onde a verdade é mais estranha que a fi cção. Há um clamor crescente identifi cando fi guras públicas como meros substitutos, existindo até que a humanidade acorde para o escopo total e grotesco da farsa em jogo.



TURMINHA AMIGA se reunindo para comemorar o aniversário de Salete Gonçalves na noite de sexta-feira, 13: Mariane Fernandes, Delci Aguiar, Juceli Dengo, (abaixadas) Mari Rosetti, Tania Dengo e Mariza Marcon, Rosinha Pedroso, Iloni Rodrigues, aniversariante Salete e Maria Eunice Fernandes *Foto: by CM*



KASSIA PAZINATTO *arquivo pessoal*



Bom dia 💐🌱🪷💐

"Às vezes, a vida coloca à prova o tamanho da nossa fé! Nessas horas, é que se percebe a força que há na prece feita com a alma; é que se entende que milagres acontecem para quem deixa a porta do coração aberta; é que se compreende que é possível transformar os dias quando se acolhe a esperança; é que a gente se dá conta de que, por mais difíceis que sejam os passos no caminho, com Deus o nosso andar não anda sozinho!"

Se houver Fé sempre haverá um milagre. Deus é bom o tempo todo e o tempo todo Deus é bom 🙏🙏🙏

•Bom dia!
Quando cuidamos da dor de alguém, tocamos o seu Ser com as pontas dos dedos do coração. Não é apenas ouvir, mas sentir junto, é segurar a sua mão no escuro sem prometer que a luz virá depressa, mas garantindo que não estará só na escuridão. É ver lágrimas que não são nossas, mas que doem como se fossem. É um abraço que não tenta calar o sofrimento, mas que diz, sem palavras, "Eu estou aqui". É carregar um pedaço do peso para que o outro possa respirar, ainda que por um instante. Cuidar da dor de alguém é amar sem exigências, é ser porto quando o mar está revolto. Porque, às vezes, o maior alívio não está em acabar com a dor, mas em fazer com que ela não precise ser sentida sozinha. Amém!



Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Fábrica de camas

A IMAGEM DE 1972 mostra o bairro São Cristóvão, em Cascavel, com destaque para a fábrica de camas Bragaganollo, onde hoje está a JD Home Center. As ruas eram todas de chão batido.



Acervo de Xico Tebaldi

Cidade de Astorga na década de 1960

Um dos municípios mais tradicionais do norte do Paraná, Astorga também integra o rol de cidades criadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Tudo começou em 1945, quando a empresa organizou um loteamento de 8 alqueires que deu origem ao município. Os primeiros moradores de Astorga foram Antenor Domingues de Moraes, que veio com sua esposa e oito filhos, juntamente com o casal Miguel Francisco da Costa e esposa, e Sebastião José Lino.

Oficialmente, Astorga nasceu como um distrito de Arapongas, em 10 de outubro de 1947, a partir de uma lei estadual. A emancipação viria alguns anos depois, em 14 de novembro de 1951. A instalação deu-se em 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito eleito nas eleições de 3 de outubro de 1952.



IBGE / Foto - Acervo de Léo Guimarães / Acervo Paraná Histórica

Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha

A construção do edifício foi iniciada em 1924, com a implantação da pedra fundamental durante a gestão do governo de Doutor Caetano Munhoz da Rocha. Inicialmente, era denominada Escola Normal de Paranaguá, criada em 1927, no aniversário de 279 anos de Paranaguá, pelo próprio Presidente de Estado, Dr. Caetano, ano em que foi concluída a obra, levando atualmente seu nome.



Biblioteca IBGE

Laranjeiras do Sul – Década de 1950

Inicialmente fundada em Laranjeiras do Sul, na década de 1950, a Farmácia Santa Cruz mudou sua sede para Cascavel em 1959, tendo sido um dos primeiros empreendimentos do segmento na cidade recém-emancipada. O negócio foi idealizado pelos pioneiros Gilberto e Hieda Mayer, que chegaram a Cascavel logo nos primeiros anos de formação do município. A fotografia em questão é de algum momento de 1972.

À medida que a cidade foi crescendo, a farmácia da família Mayer também começou a explorar novas possibilidades, dando início, a partir da década de 1970, à Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda.

No ano de 1983, a distribuição de remédios já havia se tornado o ramo principal da empresa, que mudou sua sede administrativa para Curitiba em 1985.



Biblioteca Nacional do IBGE / Foto - Acervo de Xico Tebaldi / Acervo Cascavel Histórica